

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - EXTENSÃO ACADÊMICA

**MONTANHÃO-UMESP - JUSTIÇA CLIMÁTICA SOB A
TRANSVERSALIDADE DE CONHECIMENTOS E SABERES**

Cilene Victor (cilene.victor@metodista.br)

Lilian Moreira De Lima (lilimolima21@gmail.com)

Maria Filomena Salemmme (maria.salemmme@metodista.br)

Daniela Da Cunha Lopes (daniela.lopesdmd@gmail.com)

Thaís Reginaaiello (aiellothaisregina@gmail.com)

Francisco Marcio Marques Dos Santos (kicosantos@gmail.com)

As mudanças climáticas têm provocado impactos desproporcionais sobre a população de territórios periféricos, exigindo ações e iniciativas capazes de promover a justiça climática ao longo do ciclo de vida dessa assimetria. Nesse contexto, o projeto de extensão “Montanhão-UMESP – Justiça Climática sob a Transversalidade de Conhecimentos e Saberes” conecta diferentes cursos e áreas da Universidade Metodista de São Paulo aos saberes e experiências locais do Montanhão, território periférico localizado em São Bernardo do Campo (SP), com cerca de 90 mil habitantes. Historicamente marcado por desigualdades socioambientais, vulnerabilidades acumuladas e invisibilidade política e midiática, o território está exposto aos riscos associados aos extremos climáticos, como deslizamentos de terra e ilhas de calor. O projeto tem como objetivo geral promover a troca de saberes e conhecimentos entre a UMESP e o Montanhão, fortalecendo o protagonismo e a resiliência da

comunidade frente aos impactos das mudanças climáticas, com ênfase na justiça climática e no reconhecimento da luta de seus moradores como sujeitos de direitos e de produção de conhecimento. Parte-se da premissa de que a justiça socioambiental exige a escuta ativa e a amplificação de vozes periféricas nos processos de diagnóstico, planejamento e construção de respostas sociais aos desastres e às desigualdades. A proposta articula dimensões educativas, comunicacionais e políticas com estratégias de intervenção comunitária. Entre as ações desenvolvidas desde 2023, destacam-se: produção de minidocumentário e peças de comunicação audiovisual; oficinas e rodas de conversa sobre racismo ambiental, memória, identidade cultural e comunicação de riscos; levantamento de dados sobre saúde física e mental da população afetada por desastres; mapeamento dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde animal; e ampliação do acervo da biblioteca comunitária. O projeto mobiliza estudantes e docentes dos cursos de Jornalismo, Psicologia, Direito, Medicina Veterinária e Publicidade e Marketing, assim como pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), também responsável por articulações internacionais sobre o projeto. Do ponto de vista metodológico, o projeto opera em ciclos semestrais compostos por cinco fases: diagnóstico, planejamento, execução, avaliação e devolutiva pública. Utiliza abordagens participativas como observação participante e produção colaborativa de conteúdos, sempre em diálogo com a liderança comunitária local e com as instituições públicas parceiras. A metodologia é fundamentada na política do pertencimento (Yuval-Davis), na comunicação dialógica e no jornalismo de paz, buscando reconhecer os territórios como espaços de resistência e produção de soluções. O projeto também está ancorado em referenciais da comunicação de riscos (Victor, Beling, Sandman, 2009; Slovic, 2000), da justiça ambiental e das pedagogias decoloniais. O conceito de risco é abordado a partir de sua dimensão comunicacional, emocional e social, considerando as relações entre percepção, linguagem, pertencimento e políticas públicas. No plano legal e institucional, o projeto se alinha a uma série de marcos nacionais e internacionais, como a Lei 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, o Projeto Periferia Sem Riscos (Secretaria Nacional de Periferias), o Marco de Sendai (2015–2030), a Agenda 2030 e o Acordo de Paris. Também dialoga com as diretrizes do Grupo de Trabalho de Redução de Riscos de Desastres do G20 e com compromissos multilaterais firmados pelo BRICS. Nesse sentido, o projeto integra-se a redes de colaboração ampliadas, como o

projeto internacional *From Catastrophe to Community: A People's History of Climate Change*, aprovado em 2025 pelo governo do Canadá, com participação ativa da professora responsável por este projeto de extensão. Os impactos observados no território incluem: fortalecimento do protagonismo comunitário; maior visibilidade política, midiática e científica das lideranças locais; ampliação da percepção de riscos e das práticas de cuidado coletivo; criação de instrumentos de prevenção baseados em saberes locais; e formação crítica de estudantes da graduação e da pós-graduação, especialmente no desenvolvimento de competências em comunicação pública, ética, cidadania e justiça social. A escuta da comunidade, articulada ao desenvolvimento de soluções comunicacionais, permitiu a identificação de pistas para elaboração de protocolos comunitários de prevenção e resposta, centrados na memória coletiva e nos afetos como dispositivos políticos. A dimensão formativa do projeto é um de seus principais diferenciais. A experiência no território do Montanhão amplia sua compreensão sobre as desigualdades ambientais, o racismo estrutural e os processos de deslegitimação de saberes populares. Ao mesmo tempo, fortalece sua capacidade de atuar em rede, de construir narrativas contra-hegemônicas e de propor políticas públicas em articulação com a comunidade. O projeto foi apresentado em eventos científicos como o Congresso Sudeste da Intercom (Campinas, 2025), o Congresso Latino-Americano da SRA – Society for Risk Analysis (Curitiba, 2025), e na Mostra de Extensão da UMESP em 2023 e 2024. Com base na articulação entre comunicação, direitos humanos e justiça climática, o projeto Montanhão reafirma a importância das práticas extensionistas como instrumentos de transformação social. Ao reconhecer o saber como um campo de disputa e o território como lugar de construção de resiliência, o projeto contribui para a formação de sujeitos engajados e críticos, capazes de incidir sobre os rumos das políticas públicas e sobre as narrativas que sustentam os privilégios e as exclusões no contexto da emergência climática. A extensão universitária, nesse sentido, não é apenas um espaço de aplicação do conhecimento, mas um território de reconfiguração do próprio papel social da universidade.

Palavras-chave: justiça climática; comunicação de riscos; resiliência comunitária; saberes periféricos; direitos humanos.